



SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA



Duke Energy International Geração Paranapanema S.A

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE COM GARANTIA QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA



Geração Paranapanema

Relatório Anual do Agente Fiduciário Exercício 2011

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO AOS DEBENTURISTAS DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA DUKE ENERGY INTERNATIONAL, GERAÇÃO PARAPANEMA. S.A. - COMPANHIA ABERTA – CNPJ: 02.998.301/0001-81

Em cumprimento ao disposto do artigo 68, parágrafo 1º, letra B, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, item XVII do artigo 12 da instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, submetemos à apreciação de V.Sas. o presente Relatório Anual da **DUKE ENERGY INTERNATIONAL, GERAÇÃO PARAPANEMA.S.A.**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, onde destacamos os aspectos relevantes de interesse dos Senhores Debenturistas.

1 – DAS DEBÊNTURES:

A. DA AUTORIZAÇÃO.

1.1 Deliberada pela reunião da diretoria da Companhia realizada em 11 de junho de 2010 ("RD"); (ii) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 16 de junho de 2010 ("RCA"); (iii) nas deliberações da reunião do Conselho Fiscal da Companhia realizada em 24 de junho de 2010; (iv) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia datado de 24 de junho de 2010; e (v) nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 5 de julho de 2010 ("AGE"). A ata (i) da RD foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 25 de junho de 2010 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico" em 1º de julho de 2010; (ii) da RCA foi arquivada na JUCESP em 25 de junho de 2010 e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 1º de julho de 2010; e (iii) da AGE será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico", nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

B. CARACTERÍSTICAS.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS (GEP12)	
Valor Nominal Unitário:	R\$ 1.000.000,00
Valor da Operação:	500 Milhões
Quantidade:	500
Emissão:	16/7/2010
Vencimento:	16/7/2015
Classe:	Não Conversível
Forma:	Escritural
Garantia/Espécie:	Quirografia
Remuneração	IGPM + 8,59% a.a.
Banco Mandatário:	BANCO CITIBANK S/A
Instituição Depositária:	BANCO CITIBANK S/A
Coordenador Líder:	BANCO SANTANDER S/A
Registro CVM:	DISPENSA ICVM 476/09

ISIN:

BRGEPADBS046

C. POSIÇÃO DE CUSTODIA:

POSIÇÃO DE MERCADO	
DEBÊNTURES EMITIDAS	500
DEBÊNTURES TESOURARIA	-
DEBÊNTURES CIRCULAÇÃO	500
DEBÊNTURES RESGATADAS	-
DEBÊNTURES CANCELADAS	-

ALTERAÇÕES NAS CONDIÇÕES DA EMISSÃO:

A presente emissão não teve alterações escriturais.

E. PAGAMENTOS:**Eventos Realizados e Próximos Eventos.**

EVENTOS					
DATA DO EVENTO	DATA DO PAGAMENTO	EVENTO	TAXA	LIQUIDAÇÃO	STATUS
16/07/11	18/07/11	JUROS	IGPM + 8,59% a.a.	D0	ADIMPLIDO
16/07/12	16/07/12	JUROS	IGPM + 8,59% a.a.	D0	-
16/07/13	16/07/13	JUROS + CM	IGPM + 8,59% a.a.	D0	-
16/07/13	16/07/13	AMORTIZAÇÃO	33,3333% do VNA	D0	-
16/07/14	16/07/14	JUROS + CM	IGPM + 8,59% a.a.	D0	-
16/07/14	16/07/14	AMORTIZAÇÃO	33,3333% do VNA	D0	-
16/07/15	16/07/15	VENCIMENTO		D0	-

F. CONDIÇÕES DE VENCIMENTO ANTECIPADO:

- inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data do respectivo vencimento;

- inadimplemento, pela Companhia, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, nos demais casos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento, ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu equivalente em outras moedas);
- protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu equivalente em outras moedas), exceto se, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi cancelado ou suspenso; ou (b) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo em dinheiro ou por meio de fiança bancária ou de seguro garantia contratado com instituição financeira de primeira linha;
- sequestro, arresto ou penhora de ativos da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu equivalente em outras moedas), exceto se tal sequestro, arresto ou penhora for sanado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de sua ocorrência;
- transferência de controle acionário direto ou indireto da Companhia, desde que, após tal transferência, a Moody's ou a Standard & Poor's, ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação à classificação de risco da Companhia vigente na Data de Emissão;
- cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se (a) a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (b) tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal ou pelo saldo devedor do Valor Nominal, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária, acrescido dos Juros, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (c) a operação for uma incorporação, pela Companhia, de uma sociedade controlada (de modo que a Companhia seja a incorporadora);
- (a) decretação de falência da Companhia; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia; (c) pedido de falência da Companhia, formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento;
- transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social, que altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e exclusivamente relacionadas, direta ou

indiretamente, à atividade fim de geração de energia elétrica, ressalvadas as hipóteses de alteração da fonte de geração;

- término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão, concedidos à Companhia pelo Poder Concedente, relativo ao serviço público de geração de energia elétrica;
- comprovação de que qualquer das declarações prestadas na Cláusula 10.1 e/ou no Contrato de Distribuição é falsa, incorreta ou enganosa em qualquer aspecto relevante, não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de comunicação da referida comprovação (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro;
- redução de capital social da Companhia, exceto (a) pela redução do capital social da Companhia no valor de até R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), nos termos do aviso de fato relevante publicado em 14 de maio de 2010, desde já aprovada pelos Debenturistas; (b) por redução de capital social para absorver prejuízo; ou (c) se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações ou no estatuto social da Companhia em vigor na Data de Emissão, dos dois o que for menor; ou
- não observância, pela Companhia, dos limites do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA, que não poderá ser superior a 3,20 (três inteiros e vinte centésimos), e do índice financeiro EBITDA/Resultado Financeiro, que não poderá ser inferior a 2,0 (dois inteiros) (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados ao final de cada trimestre fiscal a partir da Data de Emissão e verificados pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Companhia, sendo que, para fins do disposto neste inciso, serão consideradas as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, revisadas ou auditadas, conforme o caso, por auditor independente, e as seguintes definições:

"Dívida Líquida" significa, em bases consolidadas, o somatório dos saldos das dívidas da Companhia, incluindo dívidas da Companhia perante a ELETROBRÁS e dívidas da Companhia perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, nos mercados local e/ou internacional, e obrigações referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas; menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

"EBITDA": significa, em bases consolidadas, o lucro da Companhia antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais; e

"Resultado Financeiro": significa, em bases consolidadas, a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da Companhia ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio, sendo que o Resultado Financeiro será apurado em módulo, se for negativo e, se for positivo, será considerado 1 (um).

G. APLICAÇÃO DOS RECURSOS CAPTADOS COM A EMISSÃO.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão de Debêntures serão integralmente utilizados para o pagamento de dívidas da Companhia, que contempla (i) o pagamento da primeira amortização da série 1ª da primeira emissão de Debêntures da Companhia, emitidas em 15 de setembro de 2008; e (ii) a quitação total do saldo devedor da dívida da Companhia nos termos do "Instrumento Particular de Assunção Parcial de Dívida" celebrado em 19 de julho de 1999 entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS ("ELETROBRÁS").

Data	Evento	Valor (M)
16/7/2010	Emissão	R\$ 500.000,00
21/7/2010	Liquidação Financeira	R\$ 501.096,47
	Total	R\$ 501.096,47

Data	Evento	Valor (M)
21/7/2010	Quitação total dívida Eletrobrás	R\$ 440.947,82
30/7/2010	Quitação total dívida Eletrobrás	R\$ 461,12
14/9/2010	Amortização 1ª Parc Debenture 1ª Emissão - Série 1	R\$ 62.440,00
	Total	R\$ 503.848,94

H. LIMITES FINANCEIROS.

Dos Covenants Financeiros:

Exercício 2011

- Dívida Líquida: 600.879
 - EBITDA: 696.579
 - Dívida Líquida/EBITDA = 0,86
 - Adimplido.
 - EBITDA: 696.579
 - Resultado Financeiro: (92.568)
 - EBITDA/Resultado Financeiro: 7,53
 - Adimplido.
- O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3,20.
 - O índice obtido da divisão entre EBITDA pelo Resultado Financeiro deverá ser igual ou superior a 2,00.

Conforme definido abaixo:

"Dívida Líquida" significa, em bases consolidadas, o somatório dos saldos das dívidas da Companhia, incluindo dívidas da Companhia perante a ELETROBRÁS e dívidas da Companhia perante pessoas físicas e/ou jurídicas,

tais como mútuos, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, nos mercados local e/ou internacional, e obrigações referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas; menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras.

“O EBITDA”: significa, em bases consolidadas, o lucro da Companhia antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais.

“Resultado Financeiro”: significa, em bases consolidadas, a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da Companhia ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres fiscais, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio, sendo que o Resultado Financeiro será apurado em módulo, se for negativo e, se for positivo, será considerado 1 (um).

A Emissora no exercício de 2011 atendeu regularmente e dentro dos prazos previstos, todas as obrigações pactuadas na Escritura de Emissão.

2- DA EMPRESA

A. CONTEXTO OPERACIONAL

A Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A capacidade instalada da Companhia é de 2.241 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: UHE Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2012.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de barragens, edificações, máquinas, móveis e veículos na data de convergência para os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards* – “IFRS”), e determinados ativos financeiros compreendendo ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e conforme o IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – (“IASB”).

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS vigendo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

B. EVENTOS SOCIETÁRIOS

(solicite ao Agente Fiduciário os Eventos Societários na íntegra)

Assembleias

21/03/2011 – AGE

Os Acionistas Aprovaram: (i) a eleição de novos membros do Conselho Fiscal da Companhia, (ii) e ratificação da nomeação como membros do conselho de Conselho de administração da Companhia, e (iii) ratificação do valor da remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia;

29/04/2011 – AGO

Os Acionistas Aprovaram: por unanimidade (i) o Relatório Anual da Administração a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2010, juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes; (ii) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos, (iii) Distribuição de reserva de lucros da Companhia; (iv) Fixação da remuneração global anual dos membros da administração;

30/05/2011 – AGE

Os Acionistas aprovaram a ratificação da nomeação como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

19/10/2011 – AGE

Os acionistas apreciaram a distribuição de dividendos intermediários baseados nos resultados apurados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao primeiro semestre de 2011.

27/12/2011 – AGE

Os acionistas apreciaram a proposta da Administração da Companhia versando sobre: (i) o pagamento de juros sobre o capital próprio aos Acionistas da Companhia; (ii) captação de recursos pela Companhia, conforme proposta do Conselho de Administração, com intuito de refinanciamento de principal e de juros incidentes sobre a segunda e a terceira amortizações da Primeira Série da Primeira Emissão de Debêntures da Companhia, emitida em 15 de setembro de 2008, por meio da terceira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da Companhia; (iii) (a) autorização expressa para que o Conselho de Administração, no uso de suas atribuições, delibere sobre eventuais alterações de quaisquer dos termos e condições das Debêntures e (b) delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para cancelar as Debêntures que eventualmente sejam adquiridas pela própria Companhia; (iv) aprovação expressa para outorga de mandato ao Banco Citibank S.A. para que este, na qualidade de prestador de serviços de banco mandatário e de agente escriturador das Debêntures, represente a Companhia na prática de todos os atos necessários à prática e à consecução de tais serviços, até a liquidação integral das Debêntures,

independente do disposto no artigo 24, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia; e (v) autorização para a Diretoria da Companhia adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações acima.

Fatos Relevantes

14/01/2011 – se encerrou no dia de hoje (14/01/2011) o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no art. 174 da Lei das S.A. para oposição de credores em relação à redução do capital social da Companhia objeto da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas de 11/11/2010.

01/09/2011 – que recebeu citação processual, no dia 31 de agosto (quarta-feira), sobre a Ação de Obrigação de Fazer contra a Companhia, em trâmite perante a 12ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central, ajuizada pela Fazenda do Estado de São Paulo (“Ação Ordinária”).

22/11/2011 – (i) proposta de captação de recursos pela Companhia, após a contratação de Banco Coordenador para estruturação da referida operação, na forma de dívida, por meio da 3ª emissão pública de debêntures simples, não-conversíveis em ações, em série única, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária (“Debêntures”); (ii) a submissão à aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), órgão regulador da Companhia, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 149, de 28.02.2005, da proposta de redução do capital social da Companhia.

Reuniões da Administração

09/12/2011 - (a) apreciar e votar a proposta da Diretoria de opção de pagamento de juros sobre o capital próprio (b) rerratificar os termos em que foi aprovada a proposta apresentada pelo Banco BTG Pactual para a captação de recursos pela Companhia, com intuito de refinarciar o principal e juros incidentes sobre a segunda e a terceira amortizações da primeira série da primeira emissão de Debêntures da Companhia, por meio da terceira emissão de debêntures simples da Companhia, não-conversíveis em ações, escriturais, quirografárias, sem garantia, no mercado local, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09; (c) proceder à convocação de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas.

01/12/2011 - Proceder à eleição dos membros da Diretoria Executiva, bem como à fixação de sua remuneração, em razão do vencimento do mandato dos atuais diretores em 05 de dezembro de 2011.

22/11/2011 - Apreciar a proposta apresentada pela Diretoria, para submissão à aprovação prévia da (“ANEEL”) de proposta de redução do capital social. Apreciar a proposta apresentada pelo Banco BTG Pactual S.A (“BTG Pactual”) na 189ª Reunião da Diretoria, realizada no dia 17 de novembro de 2011, para a captação de recursos pela Companhia. Proceder à convocação de Assembleia Geral Extraordinária, após a emissão do parecer do Conselho Fiscal para deliberar sobre a captação de recursos pela Companhia. Proceder à convocação do Conselho Fiscal da Companhia para deliberar e emitir parecer a respeito da matéria. Tomar conhecimento dos atos praticados pela Diretoria com as finalidades do item (i).

04/11/2011 - Tomar conhecimento da performance financeira da Companhia no terceiro trimestre de 2011; Proceder à eleição do Diretor Executivo de Relação com Investidores da Companhia.

11/08/2011 - Análise e exame das demonstrações financeiras referentes ao trimestre findo em 30.06.2011 e demais demonstrações financeiras disponibilizadas pela Companhia; Apresentação, pela Companhia, sobre controles internos da Companhia e acompanhamento. Opinar sobre a proposta da Administração de distribuição de dividendos intermediários aos acionistas pela Companhia; Posicionamento e atualização sobre a implantação da matriz de riscos da Companhia;

23/03/2011 - Exame, discussão e manifestação de opinião sobre a proposta de destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos aos acionistas. Exame, discussão e manifestação de opinião sobre o Relatório Anual da Administração e das DFPs do exercício encerrado em 31/12/2010;

3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Duke Energy International,
Geração Paranapanema S.A.
CNPJ 02.998.301/0001-81
Companhia Aberta

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2011	2010
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	210.371	495.772
Clientes	7	111.710	96.430
Tributos a recuperar	8	22.223	7.797
Serviços em curso		5.203	3.724
Despesas antecipadas		343	346
Devedores diversos		259	260
Partes relacionadas	13	847	218
Outros ativos		137	84
		351.093	604.631
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	8	398	436
Depósitos judiciais	9	10.897	4.898
Fundos vinculados		420	373
Despesas antecipadas		4.426	4.646
		16.141	10.353
Investimentos		26	26
Imobilizado	10	4.005.482	4.219.836
Intangível	11	37.726	40.678
		4.059.375	4.270.893
Total do ativo		4.410.468	4.875.524

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2011	2010
Circulante			
Fornecedores	12	20.739	34.425
Salários e encargos sociais		9.254	9.758
Debêntures	14	90.156	91.082
Impostos, taxas e contribuições	8	23.077	16.269
Dividendos e juros sobre capital próprio	20.4	183.119	136.419
Obrigações estimadas		5.118	7.276
Cibacap	15	3.521	4.718
Encargos setoriais	19	16.211	15.558
Outros passivos		203	1.558
		351.398	317.063
Não circulante			
Debêntures	14	721.094	746.104
Fornecedores	12	-	22.617
Obrigações especiais	18	7.047	6.646
Contingências líquidas	17	18.239	8.128
Cibacap	15	8.432	9.398
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	465.078	500.585
Encargos setoriais	19	13.590	10.852
Outros passivos		325	324
		1.233.805	1.304.654
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	1.639.138	1.999.138
Reservas de capital	20.2	99.330	99.133
Reservas de lucros	20.3	71.863	63.401
Ajustes de avaliação patrimonial	20.7	1.014.934	1.092.135
		2.825.265	3.253.807
Total do passivo e patrimônio líquido		4.410.468	4.875.524



Duke Energy International,
Geração Paranapanema S.A.
CNPJ 02.968.301/0001-61
Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2011	2010
Receita líquida	21	868.068	882.308
Despesas operacionais			
Pessoal		(54.968)	(57.204)
Material		(3.418)	(3.004)
Serviços de terceiros		(35.784)	(42.250)
Taxa de fiscalização da Aneel		(4.298)	(4.051)
Energia comprada para revenda	23.2	(1.302)	(2.807)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	(77.585)	(74.274)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(53.237)	(56.753)
Depreciação e amortização	10.b e 11.b	(230.740)	(235.130)
Provisão para contingências		(11.045)	(1.509)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(3.003)	(5.003)
Arrendamentos e aluguéis		(3.235)	(3.009)
Seguros		(2.575)	(3.138)
Outras		(10.974)	(9.718)
		(482.164)	(487.880)
Lucro operacional		486.638	384.443
Resultado financeiro			
Receitas	24	39.515	50.655
Despesas	24	(132.053)	(153.438)
		(92.668)	(102.783)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		379.271	281.660
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	8.3	(125.851)	(115.353)
Diferido	8.3	33.841	34.198
Lucro líquido do exercício		281.261	130.606
Lucro por ação de operações continuadas (em R\$ por ação)			
Básico / diluído por ação PN	25	2,97838	1,93633
Básico / diluído por ação ON	25	2,97848	1,86644

Obs.: Recomendamos a leitura dos Demonstrativos Financeiros da Companhia, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da Duke Energy International Geração Paranapanema S.A. tem a satisfação de apresentar este Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, que são acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Confiança e senso de direção: Essa é a energia que nos move

Confiança e senso de direção foram duas expressões muito presentes no dia a dia da Duke Energy Brasil em 2011. Tivemos bons resultados ao longo dos anos e, mais do que esses números, é relevante destacar a forma como construímos esse desempenho, em um processo de envolvimento e participação dos nossos empregados.

Nosso foco em 2011 foi dar direção ao que fazemos, estimulando a confiança em buscar oportunidades de ganhos de eficiência em todas as atividades. Estabelecemos um elenco de projetos de crescimento orgânico, que têm possibilitado o aumento do volume de energia disponível para contratação, sem a necessidade de investimentos relevantes.

Passamos a estimular as pessoas a verbalizarem suas ideias, visões e preocupações. Esse é o aspecto de confiança, de transparência, proporcionado por uma série de mecanismos de construção de diálogo. Entre eles, destacam-se uma conversa trimestral com os empregados para a apresentação dos resultados da empresa, abrindo espaços para discussões sobre esse e quaisquer outros assuntos. Há ainda um canal direto pelo qual os empregados podem mandar um e-mail à Presidência, de forma anônima ou não, para expressar dúvidas, opiniões, sugestões. Criamos ainda a TV Duke, com programas mensais em que os empregados apresentam seu trabalho, os projetos da área e o seu dia a dia.

Também resgatamos os valores da empresa, exemplificados por atitudes de empregados que representam cuidado com as comunidades e o meio ambiente; integridade; abertura a mudanças e a novas ideias; paixão pelo que fazemos; respeito às pessoas; e segurança em primeiro lugar. Nessa linha, criamos ainda um programa de visitas de segurança a cada usina, com a participação de diretores e todos os gerentes. É uma oportunidade tanto para falar em segurança, prioridade absoluta para nós, como de integração e construção de um clima de trabalho cada vez mais colaborativo.

Além desse foco para dentro da empresa, realizamos em 2011 um mapeamento dos nossos *stakeholders*. Esse trabalho, que exigiu um esforço enorme, servirá de base para definirmos prioridades de gestão. Listamos todos os públicos de relacionamento – acionistas controladores e minoritários, órgãos reguladores, clientes, fornecedores, empregados e comunidades no entorno das usinas – e buscamos identificar suas demandas, assim como o impacto que exercemos sobre eles e vice-versa.

Estamos desenvolvendo um sistema global de gerenciamento de risco, para mapear os principais fatores que tenham impacto sobre nossas atividades e identificar a melhor forma de mitigar sua influência sobre o desempenho sustentável do negócio, tornando mais eficiente o processo decisório. Esse estudo está sendo desenvolvido como um projeto de pesquisa e desenvolvimento, com o propósito de construir um sistema adequado à indústria de energia e que, depois, poderá ser usado por outras empresas do setor elétrico.

Como resultado de todo esse trabalho de fazer benfeito o dever de casa, de nos preocupar também com o “como” fazemos as coisas além do “quê” fazemos, alcançamos um resultado robusto em 2011. Nossa receita líquida cresceu 11,1%, para R\$ 958 milhões, e o lucro líquido totalizou R\$ 281 milhões, um crescimento de

55,8%. Como consequência do desempenho forte e estável, da gestão financeira e do nível baixo de endividamento, as agências de risco Standard & Poor's e Moody's melhoraram nossa avaliação de risco, que atingiu a classificação de grau de investimento a nível internacional.

É um desempenho alcançado com o comprometimento dos nossos empregados. Temos muito para avançar, melhorando o que já fazemos bem, com ganhos de eficiência e motivação que consolidem a plataforma de sustentação para nossos saltos futuros.

Essa é a energia que nos move.

Armando de Azevedo Henriques
Presidente

1. PERFIL

A Duke Energy Internacional, Geração Paranapanema S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto que atua na geração e comercialização de energia elétrica no mercado brasileiro. Subsidiária e principal investimento internacional da Duke Energy Corp – uma das maiores companhias energéticas dos Estados Unidos –, administra oito usinas hidrelétricas instaladas no Rio Paranapanema: Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu, Rosana, Canoas I e Canoas II – as duas últimas operadas em sistema de consórcio com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Mantém sede administrativa na capital paulista e emprega 294 colaboradores.

A capacidade instalada da Companhia é de 2.241 MW, o que a posiciona entre as maiores geradoras privadas do Brasil, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em 2011, produziu 12.012,25 GWh e contabilizou receita operacional bruta de R\$ 1.063.556 mil e lucro líquido de R\$ 281.261 mil, o que representa crescimentos de 10,2% e 55,8%, respectivamente, na comparação com 2010. O Ebitda registrado no período foi de R\$ 696.579 mil e a margem Ebitda, de 72,7%.

1.1. Reconhecimentos

Em 2011, a Duke Energy Brasil recebeu uma série de prêmios e títulos, entre os quais se destacam:

Medalha Eloy Chaves – Considerada a maior premiação do setor elétrico, é concedida às empresas que atuam no setor e se destacam pela prevenção de acidentes de trabalho. A Duke Energy recebeu a medalha de ouro na categoria Geradoras/Transmissoras pelo segundo ano consecutivo, independentemente do número de empregados próprios. Nas últimas 11 edições, a empresa recebeu 10 medalhas.

Prêmio Benchmarking Ambiental – Pelo quinto ano consecutivo, a Companhia foi classificada com o projeto “*Conservação do Parque Estadual do Cerrado de Jaguariaíva por meio do Controle de Gramíneas Exóticas*” – e ficou entre as 25 melhores iniciativas de gestão socioambiental do País.

Great Place to Work – A Companhia ocupou a 15ª posição na pesquisa que avalia a percepção dos funcionários, o clima organizacional e as políticas de recursos humanos que privilegiam qualidade de vida, remuneração e benefícios competitivos em relação ao mercado, e a possibilidade de desenvolvimento profissional, sendo a única geradora de energia a figurar no *ranking* do instituto Great Place to Work publicado na revista *Época*. Ainda segundo o Instituto, está também entre as 25 melhores empresas para se trabalhar na América Latina.

50 Melhores Empresas Psicologicamente Saudáveis – A Duke Energy ficou entre as dez melhores empresas no *ranking* promovido pela revista *Gestão e RH* e foi destacada na categoria Vida e Trabalho pela diferenciação em proporcionar bom nível de qualidade de vida aos empregados.

2. CENÁRIO

2.1. Ambiente econômico

O ano de 2011 foi marcado pela crise econômica mundial, principalmente dos países europeus, Japão e Estados Unidos. Em decorrência desse cenário internacional e de medidas macroprudenciais adotadas pelo governo brasileiro, houve desaceleração da economia doméstica e o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,7%, ante a expansão de 7,5% registrada em 2010. Reduziram-se os investimentos, os gastos do governo e o consumo das famílias – os principais motores da atividade no ano anterior.

O emprego e a renda continuaram em alta, com o Brasil em situação de pleno emprego no final do ano – taxa de desemprego de 4,7% em dezembro e média de 6% no ano. Mesmo assim, como efeito direto das medidas oficiais para conter o crédito e a alta da inflação, o crédito bancário evoluiu em ritmo menos intenso do que no ano anterior: 19% em comparação a 21%, encerrando 2011 com saldo de R\$ 2.030 bilhões, o equivalente a 49,1% do PIB, de acordo com o Banco Central do Brasil.

Com a desaceleração econômica mundial, houve também redução na demanda por *commodities* e consequente redução nos preços. A inflação medida pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), atingiu 5,1% no ano ante 11,3% de 2010.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2011 em 6,5%, 0,6 ponto percentual acima da taxa de 2010 (5,9%).

As exportações somaram US\$ 256 bilhões, crescimento de 26,8% em relação ao exercício anterior, e as importações aumentaram 24,5%, totalizando US\$ 226,2 bilhões. Com isso, a balança comercial apresentou superávit de US\$ 29,8 bilhões.

	Em 31 de dezembro				
	2011	2010	2009	2008	2007
IGP-M	5,1%	11,3%	-1,7%	9,8%	7,8%
IPCA	6,5%	5,9%	4,3%	5,9%	4,5%
PIB	2,7%	7,5%	-0,3%	5,2%	6,1%
Taxa de câmbio	1,9	1,7	1,7	2,3	1,8
Δ% Taxa de câmbio	12,6%	-4,3%	-25,5%	31,9%	-24,3%
Selic (alvo)	11,0%	10,8%	8,8%	13,8%	11,3%

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Duke Energy privilegia a transparência, a prestação de contas e o tratamento igualitário, buscando o constante aperfeiçoamento de seu modelo de governança corporativa baseado no cumprimento da legislação e na adoção de melhores práticas. Desde 2004, a Companhia atende às exigências da Lei Sarbanes Oxley (SOX) e mantém processos e sistemas automatizados de controle. Também oferece treinamento aos seus profissionais sobre aspectos relacionados à Prevenção de Práticas de Corrupção no Exterior, de acordo com a lei norte-americana *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA).

Além disso, acata as instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador do mercado brasileiro, informando sobre atos ou fatos relevantes que envolvam seus negócios e resguardando o sigilo das informações caso seus acionistas controladores, debenturistas ou integrantes do Conselho de Administração julguem que a divulgação contraria os interesses corporativos.

A Companhia procura seguir as práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre elas a contratação de empresa independente para avaliar seus balanços e demonstrações financeiras; o livre acesso a informações e instalações pelos membros do Conselho de Administração; e a fixação de atribuições e limites de poderes aos seus diretores e demais executivos.

Seus valores são disseminados entre os colaboradores, que agem em conformidade com o Código de Ética nos Negócios, documento com diretrizes relacionadas ao comportamento esperado dos profissionais. Outra ferramenta é a Linha Ética, canal externo de comunicação disponível 24 horas por dia para o recebimento de denúncias sobre desvios de comportamento, que podem ser feitas, com a garantia de anonimato, por telefone ou e-mail. Por intermédio do instrumento, os interessados também podem solicitar informações sobre políticas e procedimentos da Companhia.

3.1. Estrutura organizacional

As instâncias permanentes de governança da Duke Energy são o Conselho de Administração e a Diretoria-Executiva. Quando solicitado pelos acionistas, é instalado o Conselho Fiscal, responsável, entre outras tarefas, pela análise das demonstrações financeiras e fiscalização dos atos dos administradores.

O Conselho de Administração é constituído por cinco membros e respectivos suplentes, sendo um integrante e um suplente indicados pelos empregados. Todos são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos, permitindo-se a reeleição. Entre as atribuições do órgão estão: estabelecer as diretrizes gerais dos negócios, eleger e substituir os membros da Diretoria- Executiva, referendar suas atribuições, conforme designadas pelo diretor-presidente, e fiscalizar seu desempenho.

A Diretoria-Executiva é encarregada de administrar os negócios e executar as deliberações do Conselho de Administração. Ela pode ser composta por no mínimo três e no máximo oito diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Cabe ao diretor-presidente designar as funções e atribuições de cada diretor-executivo. Em dezembro de 2011 a Diretoria possuía cinco integrantes.

Em 2011, por deliberação da Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 29 de abril, o Conselho Fiscal foi instalado com três membros efetivos e três suplentes, sendo um efetivo e um suplente representantes dos acionistas minoritários. Com autonomia em relação à Administração e aos auditores independentes, o Conselho Fiscal vigorará até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

3.2. Auditoria externa

A Duke Energy baseia a contratação de serviços de auditoria externa em princípios que preservam a independência dos auditores. Assim, garante que o auditor não audite seu próprio trabalho, não exerça funções gerenciais na Companhia nem promova os interesses dela.

Em 2011, além de auditar o Balanço Anual e elaborar revisão limitada das informações trimestrais a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestar serviços de análise, em base amostral, dos conceitos e procedimentos utilizados para determinação das bases de cálculo do IRPJ e CSLL, relacionados ao ano-calendário encerrado em 31 de dezembro de 2010, bem como dos critérios adotados para o cálculo dos valores que porventura tenham sido recolhidos mensalmente. Também revisou os principais procedimentos fiscais observados no preenchimento da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ/11) relativa ao ano-calendário 2010. Os serviços representaram honorários de R\$ 264 mil.

3.3. Ratings

Em virtude do desempenho forte e estável da Companhia, a Moody's elevou os *ratings* de emissão e de crédito da Companhia para Baa3, na escala global, e para Aa1.br, na escala nacional brasileira, classificando-a como grau de investimento (*investment grade*).

Ao mesmo tempo, a Standard and Poor's elevou os *ratings* de crédito e de emissão da Companhia para BBB-, na escala global, e para BrAAA, na escala nacional brasileira, classificando-a também como grau de investimento. Essa revisão favorável reflete as expectativas da agência de que a Companhia manterá operações adequadas e métricas financeiras sólidas, resultantes da forte geração interna de caixa e do nível estável de alavancagem.

4. DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

4.1. Geração

A Companhia opera suas usinas hidrelétricas a partir de dois contratos de concessão: o contrato nº 76/1999, que regula os termos de funcionamento de Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana por período de 30 anos, a ser encerrado em 2029; e o contrato nº 183/1998, por meio do qual opera Canoas I e Canoas II em consórcio com a CBA, com prazo de 35 anos, a se encerrar em 2033. Nesse sistema compartilhado com a CBA, cabe à Companhia 49,7% da energia gerada.

A capacidade total das usinas, cujos reservatórios armazenam cerca de 6% de água das Regiões Sudeste e Centro-Oeste do País, foi alterada de 2.307 MW para 2.241 MW após celebração, em 5 de agosto de 2011, do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Uso de Bem Público Nº 76/1999 – Aneel-Paranapanema. O documento regularizou a capacidade instalada das Usinas Hidrelétricas Capivara, Jurumirim, Taquaruçu, Rosana e Salto Grande, porém não alterou o valor da energia assegurada/garantia física, que é de 1.087 MW médios.

Em 2011, a Duke Energy gerou 12.012,25 GWh, volume 10,8% abaixo do registrado no exercício anterior, mas 26,2% acima da energia assegurada/garantia física para o ano, fixada em 9.522,12 GWh. Esse volume corresponde a 2,4% da energia elétrica produzida no País no período.

O decréscimo na produção de energia ocorreu apesar de sequências hidrológicas favoráveis registradas ao longo do ano, resultantes da maior precipitação pluviométrica na Bacia do Rio Paranapanema. Isso porque as vazões afluentes foram utilizadas para recuperar o nível de armazenamento de água nos reservatórios entre os meses de janeiro a maio de 2011 e não para gerar mais energia. Assim, a geração nas UHEs Jurumirim, Chavantes, Taquaruçu e Rosana foi menor em 2011 do que no ano anterior, conforme gráfico e tabela abaixo.

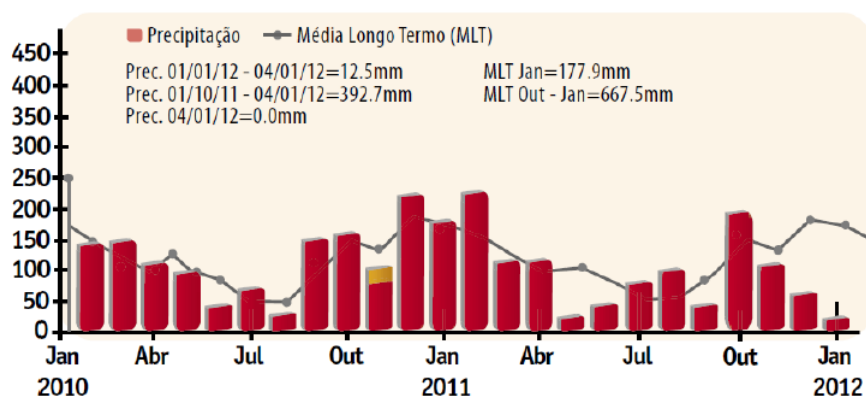
Os reservatórios encerraram 2011 com 69,9% de água armazenada, volume considerado satisfatório e superior à média histórica da Companhia, de 65,1%.

Outro destaque do ano foi o desempenho operacional dos ativos, com disponibilidade de 95,4% e baixa taxa de falhas nas unidades geradoras. Esse resultado decorre de experiência acumulada, capacidade técnica, comprometimento dos colaboradores, política consistente de dispêndio de capital – que inclui melhorias nos sistemas operacionais – e eficiente manutenção dos equipamentos.

Embora o desempenho geral das usinas tenha se mantido em níveis favoráveis, a Companhia desenvolve vários projetos que visam à melhoria de sua capacidade produtiva, com foco na confiabilidade e disponibilidade de suas instalações.

Produção de Energia - GWh			
Usina	2011	2010	%
Jurumirim	569,23	691,19	-17,6
Chavantes	1.765,60	2.393,71	-26,2
Salto Grande	509,70	519,37	-1,9
Canoas II	462,74	431,16	7,3
Canoas I	526,86	589,95	-10,7
Capivara	3.871,44	3.822,53	1,3
Taquaruçu	2.245,33	2.730,43	-17,8
Rosana	2.061,35	2.292,48	-10,1
Total	12.012,25	13.470,82	-10,8

Precipitação desde Jan 2010



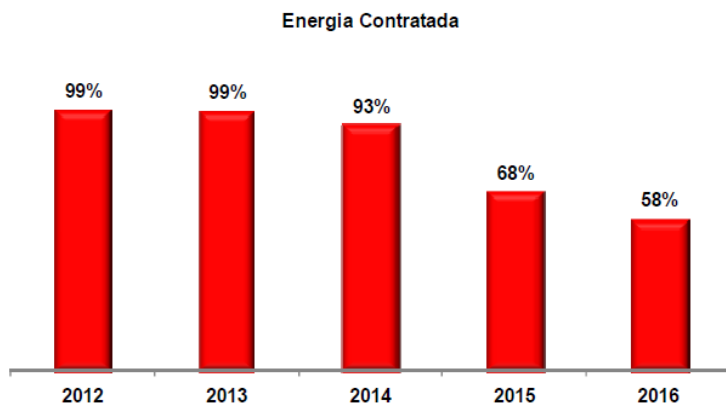
Fonte: Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC

4.2. Comercialização

A garantia física de geração de energia da Companhia é de 1.087 MW, volume assegurado até 2014 pelo Ministério das Minas e Energia – (MME). Desse volume, 52 MW oriundos do consórcio das usinas Canoas I e Canoas II são alocados para a CBA, 30 MW são usados para consumo interno e perdas no sistema e o restante está disponível para contratação.

Em 2011, em razão de menores perdas de sistema e da adoção da estratégia de administração do lastro, a energia disponível foi de 1.010 MW. A Companhia teve 99% de sua energia contratada, o que resultou em estabilidade do fluxo de receitas.

A concentração de esforços de comercialização e *marketing* no ambiente de livre contratação possibilitou, até o final do exercício, atingir 49 contratos de venda com clientes livres e comercializadores (Ambiente de Contratação Livre – ACL) das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, com preço médio superior ao de 2010. Assim, as vendas nesse ambiente representaram 59,9% da receita operacional bruta de energia no ano. A Duke Energy mantém atualmente bons níveis de contratação em longo prazo. As vendas aos distribuidores (Ambiente de Contratação Regulada – ACR), por sua vez, representaram 35,7% da receita operacional bruta.



Esses resultados alinham-se à estratégia da Companhia de ampliar o volume de receitas dos consumidores livres e assegurar base estável no segmento ACR. Os termos e as condições dos contratos firmados no âmbito do ACL são mais positivos em razão da flexibilidade de negociação. Já os contratos de ACR são em geral de longo prazo (três a oito anos) e asseguram a estabilidade do fluxo de caixa.

A Duke Energy celebrou contratos com as principais distribuidoras do País no âmbito do 1º e do 4º leilões de energia, ocorridos, respectivamente, em dezembro de 2004 e outubro de 2005. Assim, comprometeu-se a entregar aproximadamente 500 MW entre 2007 e 2012 e 300 MW entre 2013 e 2014. Além da venda nesses leilões, em 2011 a Companhia participou do 11º Leilão de Ajuste promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), quando negociou 9 MW para o período de outubro a dezembro.

Leilões

Data do leilão	Ano da primeira entrega	Prazo (anos)	Energia contratada (MWmed)	Preço-base (R\$/MWh)	Número de empresas de distribuição
7/12/2004	2005	8	214	60,00	34
7/12/2004	2006	8	58	70,00	35
7/12/2004	2007	8	218	76,00	31
30/9/2011	2011	0,25	9	50,00	4

Além dos contratos nos ambientes de contratação livre e regulada, a Duke Energy também comercializa energia em operações no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Em razão da hidrologia favorável e da consequente recuperação dos reservatórios do sistema brasileiro ter sido superior aos reservatórios da Parapanema, o despacho das usinas da Companhia foi inferior a 2010, refletindo-se em receitas menores no MRE quando comparadas ao ano anterior. Com o armazenamento atingindo níveis excepcionais durante todo o ano de 2011, o despacho térmico no período foi bastante reduzido e, conseqüentemente, houve redução dos preços *Spot*.

4.3. Pesquisa e desenvolvimento

A regulamentação setorial estabelece que 1% da receita operacional líquida deve ser destinada à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo 0,2% pago ao MME, 0,4% pago ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 0,4% destinado a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Nesse sentido, a Duke Energy direciona recursos a projetos voltados à inovação tecnológica e para o desenvolvimento de soluções que visem melhorar seu resultado operacional.

Ao todo, são dezesseis projetos de P&D atualmente sob supervisão da Duke Energy, sendo sete deles em andamento e voltados sobretudo para as áreas de operações e gestão. Há ainda, projetos dedicados a análise e modelagem da cadeia de suprimento de insumos para a produção de energia, tais como o gás natural e a biomassa de cana-de-açúcar, pesquisando também alternativas de melhoria de seu potencial calorífico para a geração de eletricidade.

Três dos projetos encontram-se em fase final de contratação e são direcionados principalmente para as áreas de sustentabilidade, otimização de modelos sistêmicos e geotecnologia.

Além disso, por considerar que projetos estratégicos são temas de grande relevância para o setor elétrico brasileiro e exigem o esforço conjunto e coordenado de várias empresas do setor e entidades executoras, a Duke Energy participa ainda de seis iniciativas nas áreas de transmissão de energia, impactos das mudanças climáticas no comportamento dos regimes hidrológicos, integração energética sul-americana e geração de eletricidade solar fotovoltaica.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

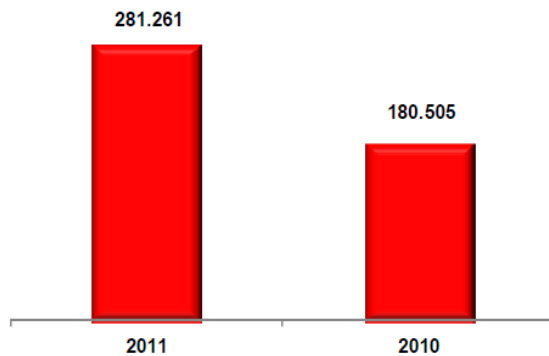
Principais indicadores (Em milhares de reais)

	2011	2010	% Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	1.063.556	964.913	10,2
(-) Deduções à receita operacional	(105.553)	(102.610)	2,9
Receita operacional líquida	958.003	862.303	11,1
(-) Despesas operacionais	(492.164)	(497.860)	-1,1
Resultado do serviço	465.839	364.443	27,8
Ebitda	696.579	599.573	16,2
Margem Ebitda - %	72,7%	69,5%	-
Resultado financeiro	(92.568)	(102.783)	-9,9
Resultado Operacional	373.271	261.660	42,7
Lucro líquido do período	281.261	180.505	55,8
Margem líquida - %	29,4%	20,9%	-
Indicadores financeiros			
Ativos totais	4.410.468	4.875.524	-9,5
Dividas em moeda nacional	811.250	837.186	-3,1
Patrimônio líquido	2.825.265	3.253.807	-13,2
Ações			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	2.978,42	1.911,46	55,8

5.1. Lucro líquido

Em 2011, a Companhia alcançou lucro líquido de R\$ 281.261 mil, elevação de 55,8% na comparação com 2010. Os principais fatores que contribuíram para esse desempenho foram o crescimento da receita operacional. Por outro lado, houve redução nas receitas financeiras em decorrência de menor volume aplicado. A Companhia destina 100% do lucro líquido ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, de acordo com seu Estatuto Social, após constituição da Reserva Legal.

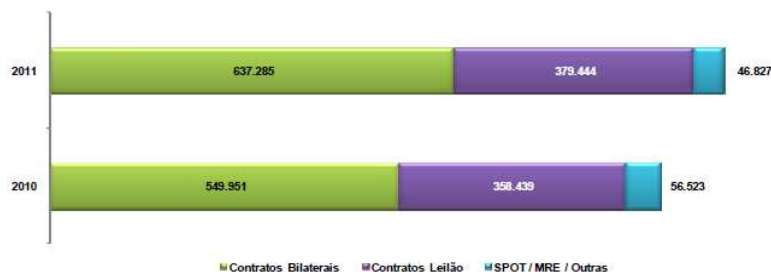
Lucro líquido (Em milhares de reais)



5.2. Receita operacional bruta

A receita operacional bruta do ano foi de R\$ 1.063.556 mil, o que representa crescimento de R\$ 98.643 mil, ou 10,2%, em relação ao período anterior, em virtude de maiores preços fixados na comercialização de contratos bilaterais. As vendas de energia nos contratos de leilões aumentaram R\$ 21.005 mil em relação a 2010, pelo reajuste dos preços. Como efeito da menor geração de energia, a receita nas operações provenientes do MRE apresentou queda de R\$ 14.163 mil (56,1%). No entanto, apesar da redução nos preços, houve aumento no volume de energia vendida no mercado *Spot*, cuja receita registrou incremento de R\$ 4.420 mil (14,2%).

Composição da receita (Em milhares de reais)



5.3. Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional aumentaram R\$ 2.943 mil, ou 2,9% em relação a 2010. Esse aumento não corresponde ao mesmo acréscimo percentual obtido pela receita bruta em decorrência do mix de vendas dentro e fora do Estado de São Paulo.

5.4. Receita operacional líquida

Como resultado de todos esses fatores, a receita operacional líquida do exercício aumentou 11,1% na comparação com 2010 e alcançou R\$ 958.003 mil.

5.5. Despesas operacionais (Em milhares de reais)

As despesas operacionais totalizaram R\$ 492.164 mil, decréscimo de 1,1% em relação ao montante do ano anterior (R\$ 497.860 mil). O desempenho é devido, principalmente, aos seguintes fatores: reconhecimento, em 2010, da provisão adicional pela remensuração do montante necessário para a execução dos compromissos

estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta do Consórcio Intermunicipal da Bacia Capivara (TAC Cibacap), redução nas despesas de pessoal e na rubrica Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), compensados parcialmente pelo aumento nas provisões para contingências.

As despesas de pessoal foram reduzidas em 3,9%, no ano, principalmente em razão do programa de renovação das equipes e da diminuição dos pagamentos de indenizações. O dissídio de 2011 foi de 7,21%, determinado em acordo coletivo.

Os serviços de terceiros somaram R\$ 35.784 mil, o que representa queda de 15,3% em relação ao ano anterior, devido principalmente, ao reconhecimento, em 2010, da provisão adicional pela remensuração do montante necessário para a execução dos compromissos estabelecidos no TAC Cibacap. Essa rubrica inclui ainda despesas com consultoria e auditoria externa, manutenção e conservação de instalações, e serviços técnicos e de informática.

As despesas com Encargos de Uso da Rede Elétrica apresentaram aumento de 4,5% em relação ao exercício anterior, principalmente em razão do reajuste de 8,4% da tarifa Tust, em julho de 2011.

Já a rubrica Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) somou R\$ 53.237 mil, diminuição de 6,2% em relação a 2010. O cálculo da compensação financeira é baseado na geração efetiva das usinas, que foi de 11.540.774 MWh, já descontando-se a parcela relativa à Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) para as usinas Canoas I e II, ou seja, 11,2% inferior aos 12.999.345 MWh gerados no período anterior. Houve aumento de 5,3% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR), que passou de R\$ 64,69/MWh em 2010, para R\$ 68,34/MWh em 2011.

A variação na rubrica provisão para contingências é decorrente principalmente do aumento de provisões para contingências fiscais, compensado parcialmente pela redução em contingências trabalhistas.

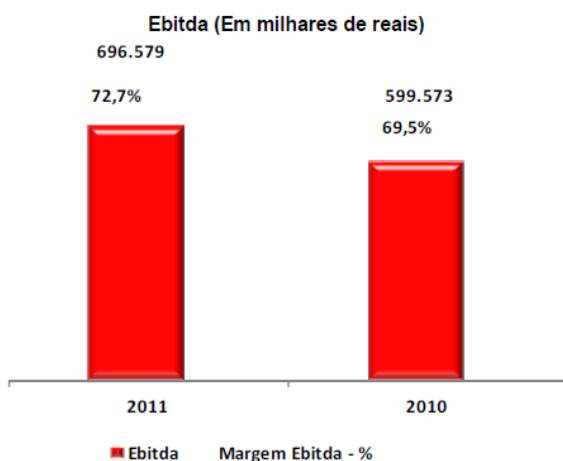
5.6. Ebitda e margem Ebitda

O Ebitda (lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização) da Companhia aumentou 16,2% em 2011, na comparação com 2010, em decorrência dos fatores mencionados.

Composição do Ebitda (Em milhares de reais)

Composição do Ebitda (Em milhares de reais)

	2011	2010	% Variação
Lucro líquido	281.261	180.505	55,8
Imposto de renda e contribuição social	92.010	81.155	13,4
Resultado financeiro (líquido)	92.568	102.783	-9,9
Depreciação e amortização	230.740	235.130	-1,9
Ebitda (R\$ mil)	696.579	599.573	16,2
Margem líquida	72,7%	69,5%	



5.7. Resultado financeiro (Em milhares de reais)

	2011	2010	% Variação	Variação Absoluta
Receitas financeiras	39.515	50.655	-22,0	(11.140)
Despesas Financeiras	(132.083)	(153.438)	-13,9	21.355
Resultado Financeiro Líquido	(92.568)	(102.783)	-9,9	10.215

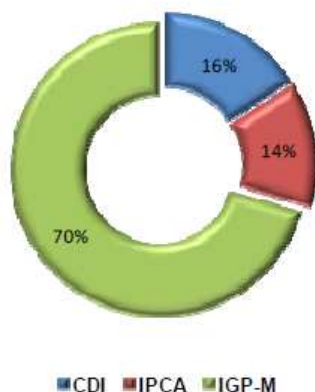
O resultado financeiro de 2011 melhorou em 9,9% comparativamente a 2010. As receitas financeiras totalizaram R\$ 39.515 mil, redução de 22% ante os R\$ 50.655 mil do ano anterior, principalmente devido ao menor volume de aplicações financeiras no período face à redução de capital. As despesas financeiras diminuíram 13,9%, especialmente, como efeito da queda do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) em 2011: 5,1%, comparativamente a 11,3% em 2010. Esse índice de preços é um dos principais indexadores da dívida da Companhia.

5.8. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta da Companhia totalizava R\$ 811.250 mil, redução de 3,1% em relação aos R\$ 837.186 mil do final do ano anterior, em consequência da amortização no período, compensada parcialmente pelo reajuste da dívida.

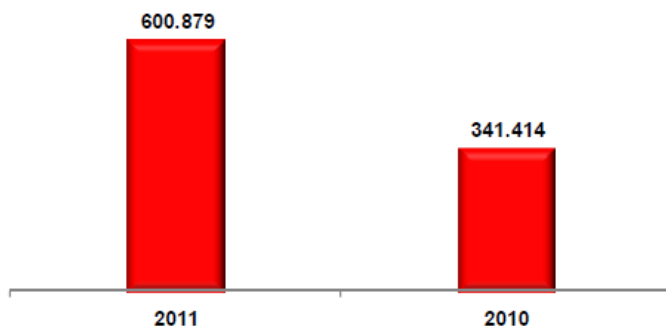
Perfil da dívida	Série	Moeda	Remuneração	Vencimento	2011	2010	
Debêntures	1ª emissão	Série 1	Reais	Varição CDI + 2,15% a.a.	15/9/2013	128.772	192.892
Debêntures	1ª emissão	Série 2	Reais	Varição IPCA + 11,6% a.a.	15/9/2015	111.476	104.566
Debêntures	2ª emissão	Série única	Reais	Varição IGP-M + 8,59% a.a.	16/7/2015	571.002	539.928
					811.250	637.186	

Fator de correção da dívida em 2011



A dívida líquida – representada pelo endividamento, deduzidos os recursos em caixa e equivalentes de caixa – aumentou 76%, em especial pelo menor volume dos recursos em caixa e equivalentes de caixa ocasionado pela redução de capital de R\$ 360.000 mil ocorrida em janeiro de 2011.

Divida Líquida (Em milhares de reais)



5.9. Imobilizado

O ativo imobilizado contemplou, no exercício, adições de R\$ 15.641 mil (no ano anterior havia sido de R\$ 9.188 mil). Entre as principais aquisições de 2011 estão os transformadores da UHE Jurumirim, as modernizações das unidades geradoras nº 1 (finalizada) e nº 2 (iniciada) e as substituições dos painéis de distribuição geral da UHE Chavantes, a reforma geral das comportas da UHE Rosana e UHE Capivara e a substituição dos equipamentos de informática. Esses investimentos tiveram por finalidade a melhoria no processo de produção e a modernização dos ativos, obtendo com isso aumento da confiabilidade do sistema.

6. GESTÃO DE PESSOAS

A Duke Energy encerrou 2011 com 294 colaboradores. No ano, as contratações representaram 45 profissionais – dos quais 49% possuem curso superior e, entre eles, 32% são pós-graduados. Todos receberam o Manual de Integração e o Código de Ética dos Negócios, que expõem as diretrizes e os comportamentos desejados pela Companhia, além de treinamentos que incluíram temas como a prevenção de práticas de corrupção. Foram desligados 31 empregados.

A todos os seus colaboradores, a Duke Energy oferece salários compatíveis aos de seus segmentos de atuação, além de bônus e participação nos resultados – cuja metodologia de apuração considera o alcance de metas individuais e coletivas. Também concede benefícios que vão além dos determinados pela legislação, como assistências médica e odontológica – que no ano beneficiaram 851 pessoas –, alimentação, transporte, seguro de vida e plano de previdência complementar. Em 2011, para fazer jus a esse leque de benefícios, a Companhia destinou recursos equivalentes a 21% da folha salarial.

Foram investidos R\$ 1.331 mil em treinamentos e reciclagens, que representaram 129,4 horas (ou 16,2 dias) por profissional. As iniciativas de capacitação são realizadas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Pessoal (PDP) e do Programa de Desenvolvimento Individual (PDI), que incluem avaliação 360º para todos os níveis hierárquicos a cada dois anos. Entre os temas abordados estão saúde e segurança, meio ambiente e aspectos técnicos, financeiros e comerciais.

Também com o propósito de contribuir para o desenvolvimento profissional, a Companhia custeia integralmente cursos de idiomas – que no ano beneficiaram 7,1% dos empregados – e mantém o Programa de Bolsa-Auxílio Educação, por meio do qual arca parcialmente com cursos de graduação, extensão e idiomas, que contemplaram 21,4% do quadro funcional.

6.1. Saúde, segurança e qualidade de vida

Apoiada em sua Cultura de Zero Enfermidade e Lesão, a Duke Energy desenvolve diferentes programas para fortalecer o conceito de prevenção e aperfeiçoar os padrões e processos de segurança, saúde e qualidade de vida de seus trabalhadores próprios e prestadores de serviço. Destacam-se o Fale Comigo, o Programa de Padrões Comportamentais de Segurança e o Plano Executivo de Segurança.

Essa última iniciativa se baseia em três ações básicas: Programa Usina Segura, com visitas dos executivos às instalações para inspeções de segurança; Programa de Reconhecimento de Segurança, com iniciativas para detectar falhas de comportamento e processos; atuação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) e realização das Semanas Internas de Prevenção de Acidentes (Sipats), ambas dedicadas a reforçar a comunicação de segurança.

Para reforçar esses conceitos, os colaboradores receberam o *Guia de Bolso dos Procedimentos Operacionais do Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (SGMASS)*, que contém um resumo para fácil consulta. Foram ainda aperfeiçoados os processos do SGMASS, o que incluiu treinamentos *on-line* dos procedimentos operacionais em todas as instalações, que resultaram na emissão de 1.900 certificados de conclusão, contando também com a atualização do inventário de produtos químicos e inflamáveis das oito usinas.

Em sintonia com essa prioridade, são mantidas outras ações, como:

- Programa Fale com o Presidente – Ferramenta de fácil acesso, mantida no portal interno da Companhia, que possibilita ao empregado encaminhar diretamente ao presidente comentários e contribuições sobre saúde e segurança ou outras questões relacionadas às operações e aos negócios da companhia;
- Programa Super Seguro – Busca reconhecer os profissionais que se destacam nas questões de saúde e segurança, como o não envolvimento em acidentes e a participação em eventos e treinamentos de segurança;

· Cartilha dos Padrões de Segurança – *Folder* com esclarecimentos sobre os padrões de comportamento que devem ser seguidos por todos.

Em razão dessas e de outras iniciativas, a Companhia obteve conquistas expressivas no ano, entre elas o alcance da marca de 4,7 milhões de horas trabalhadas sem ocorrência de acidentes com afastamento com empregados próprios.

Exercícios simulados práticos de cenários do Plano de Respostas para Emergências preparam os profissionais para uma atuação rápida e segura em situações específicas. No ano, por exemplo, funcionários das usinas participaram de treinamentos relacionados a derramamentos de produtos químicos e a primeiros socorros. Além disso, para garantir prontidão e conhecimento dos procedimentos internos, foi realizado o simulado de gestão de crise, com a participação de todos os integrantes do Comitê de Gestão de Crise da Companhia.

Para fortalecer, no dia a dia, a cultura Zero Enfermidade e Lesão, ocorreram ainda revisões e melhorias de procedimentos operacionais, inspeções nas instalações com foco no comportamento dos empregados, instalação de sistemas eletrônicos de gerenciamento de inspeções e auditorias de MASS, entre outras ações.

7. GESTÃO SOCIAL

O compromisso com o desenvolvimento das comunidades do entorno de suas unidades operacionais leva a Duke Energy a manter diferentes iniciativas para fortalecer esse relacionamento e impulsionar o bem-estar das populações locais.

Uma delas é a destinação aos Fundos Municipais da Criança e do Adolescente (Fumcad) de até 1% de seu Imposto de Renda devido, direcionando recursos para assegurar os direitos desse público. Em 2011, com o aporte de R\$ 371,6 mil, apoiou instituições de Assis, Bernardino de Campos, Iepê, Piraju, Tejuapá, Teodoro Sampaio e Taquarituba, no Estado de São Paulo, e de Andirá e Primeiro de Maio, no Estado do Paraná.

Outras formas de integração com as comunidades são o Programa de Visitas monitoradas às usinas hidrelétricas da Companhia – que envolveu mais de 10 mil pessoas no ano, entre estudantes e turistas – e as atividades do Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental, que envolveram cerca de 16 mil pessoas em 2011.

Já para disseminar a cultura, a Duke Energy se vale de recursos incentivados (Lei Rouanet) para promover o Circuito Cultural, uma caravana de cinema, música e teatro itinerante que circulou por 46 cidades do Rio Parapanema, 12 além do ano anterior, e reuniu mais de 43 mil espectadores. Com quase 200 apresentações, o Circuito Cultural, realizado pela ONG Teatro de Tábuas, percorreu mais de 6 mil quilômetros em 118 dias com os projetos: Estradafora – Energia da Criação; Estradafora – Meio Ambiente; Auto de Natal – Humanos Anjos e Lunáticos. Em várias ocasiões são realizadas oficinas teatrais com professores e uma ação de conscientização ambiental, o Abraço Verde nas Escolas, com plantio de mudas de árvores nativas nos locais visitados pelo Circuito Cultural.

O envolvimento com a comunidade também é decorrência do estímulo à prática do voluntariado entre os colaboradores. Em 2011, o Programa de Voluntariado mantido pela Companhia contou com a participação de 456 pessoas, entre empregados, contratados e familiares, que atuaram em Cambará (PR) e nas cidades paulistas de Chavantes, Palmital, Piraju, Porecatu, Primavera, São Paulo e Teodoro Sampaio, auxiliando entidades locais em ações que beneficiaram mais de mil pessoas.

A política de patrocínios às atividades socioambientais da Duke Energy também tornou viável em 2011 a realização de uma série de eventos, entre eles:

- **IX Diálogo Interbacias** – Direcionado a educadores ambientais, foi promovido pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema e reuniu cerca de 700 participantes. Destacase no evento de 2011 a consolidação de sua amplitude com a participação de todos os 21 Comitês de Bacias do Estado de São Paulo. O tema foi: "Águas para cidades – respondendo ao Desafio Urbano"
- **I Seminário de Integração do Paranapanema** – Evento similar ao Diálogo de Bacias, foi a primeira iniciativa do gênero e tratou da consolidação dos trabalhos desenvolvidos pelos seis comitês ligados ao Rio Paranapanema, entre os Estados de São Paulo e Paraná.
- **IV Fórum de Direito Ambiental do Pontal do Paranapanema** – Apoio da empresa à realização do tradicional evento, que reúne os mais renomados operadores e estudiosos do Direito Ambiental do Brasil, e é organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo Ministério Público da região de Presidente Prudente.
- **XIII Encontro de Educadores em Defesa da Água** - Promovido pelo Comitê de Bacias Hidrográficas do Pontal do Paranapanema, o evento aconteceu na sede do Parque Estadual do Morro do Diabo, no município de Teodoro Sampaio e contou com a participação de 450 educadores que debateram o tema: "Águas para as cidades – respondendo ao desafio urbano".
- **3º Encontro de Topografia** – Ação voltada à comunidade técnica, promovido pela Duke com o apoio da Escola Técnica de Paraguaçu Paulista, que tem por objetivo a atualização de informações a respeito das técnicas topográficas entre empresas com atividades em campo e, também, de alunos dos cursos técnicos.
- **II Semana da Água e II Semana do Meio Ambiente da Duke Energy** – Atividades de educação ambiental com a participação de mais de 1 mil estudantes do ensino fundamental e técnico. Foram realizadas atividades de campo (visitação) à Estação de Hidrobiologia e Aquicultura da UHE Salto Grande, além de palestras para escolas de diversas cidades ao longo da cascata.
- **Reunião com as comunidades sobre operação dos reservatórios** – Encontros anuais para esclarecimentos sobre a operação das usinas e os níveis dos reservatórios, que contam com a participação de representantes de prefeituras, membros da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Ambiental e outros públicos de interesse.
- **Torneios de Pesca em Carlópolis, Andirá e Avaré** – Tiveram por objetivo estimular a pesca esportiva ou, em alguns casos, a pesca da corvina, espécie exótica e predadora do Rio Paranapanema. Nos eventos de Carlópolis e Avaré, a Empresa fez uma soltura de peixes durante a programação, apresentando seu Programa de Manejo e divulgando a importância de se preservar e respeitar o ciclo de reprodução da fauna aquática local.
- **Virada Cultural de Sarutaiá** – O evento proporcionou às comunidades locais 33 horas de programação artística. Um evento de natureza similar, o Festival da Canção da E.E. João da Cruz Mellão, também recebeu apoio da Companhia para sua realização.
- **Eventos universitários e escolares** – O apoio à organização de eventos universitários e de ensino técnico, em especial ligados à área ambiental, integram a agenda da Duke Energy. Dentre as ações apoiadas em 2011, citase: II Simpósio de Conservação do Solo e Água (Unesp Ourinhos); VII Semana de Geografia – (Unesp Ourinhos); Pedágio Ecológico (Escola Técnica Nadir Ribeiro – Teodoro Sampaio).

8. GESTÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

8.1. Patrimônio

A proteção dos recursos naturais do entorno das usinas hidrelétricas integra os compromissos da Duke Energy com o meio ambiente e a preservação de seus ativos. Nesse sentido, é adotado um programa permanente de

inspeções em todos os reservatórios e mantida a troca contínua de informações com órgãos de fiscalização ambiental, para identificar e regularizar o uso e a ocupação nas áreas sob concessão da Companhia.

As iniciativas preventivas de uso correto dessas áreas e o controle de ocupações irregulares existentes fortalecem a relação com Promotorias, instituições ambientais e outros públicos de interesse. Com as comunidades envolvidas, a integração se dá por meio da participação em eventos e reuniões específicas.

Em todos os reservatórios foram desenvolvidas atividades de georreferenciamento dos pontos de divisa das propriedades, de forma a atender tanto à legislação como às solicitações de proprietários vizinhos para a caracterização dos limites das áreas sob concessão da Companhia.

Em 2011, foram realizadas 263 inspeções patrimoniais em áreas das bordas dos reservatórios, entre avaliação de uso e ocupação e de respeito aos limites territoriais. Além disso, a Companhia promoveu a manutenção de aproximadamente 95 hectares de aceiros em Áreas de Conservação Ambiental e construiu mais 2 quilômetros de cercas para proteção dessas áreas.

8.2. Meio ambiente

A Duke Energy obteve em 2011 um prazo de validade inédito na Licença de Operação (LO) de uma usina: dez anos para a UHE Salto Grande, concedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os prazos usuais de concessão dessa licença variam de quatro a seis anos. A ampliação deve-se à boa condição ambiental do empreendimento, decorrente dos programas ambientais vigentes e da gestão responsável da Companhia, além da articulação com as comunidades de entorno.

Como parte do processo de licenciamento ambiental da UHE Jurumirim, foi realizada no ano uma vistoria pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), em prosseguimento às análises desse órgão ambiental para a emissão da LO desse empreendimento.

Já em outro nível de licenciamento, a Agência Nacional das Águas (ANA) concedeu as outorgas para esgotamento sanitário das UHEs Chavantes, Salto Grande, Canoas I e Canoas II, válidas até o ano de 2029, além da outorga de direito do uso de captação superficial de água para a UHE Canoas I.

As iniciativas de gestão ambiental incluíram o repovoamento anual de reservatórios com 1,5 milhão de alevinos de espécies nativas do Rio Paranapanema, o acompanhamento dos processos de assoreamento e solapamentos das bordas dos reservatórios, e a recuperação ambiental de parte das áreas onde se situam os estoques de argila do Complexo Canoas.

O monitoramento da qualidade da água foi realizado ao longo da cascata do Rio Paranapanema, em todos os reservatórios.

Com base no estudo técnico-científico sobre a ineficiência ecológica das escadas para peixes do Complexo Canoas, desenvolvido pela Duke e Universidade Estadual de Londrina (UEL), o Ibama, após análise do estudo, emitiu a autorização para fechamento definitivo dessas escadas.

Também foi dada continuidade ao monitoramento da infestação por mexilhão-dourado em todos os reservatórios, bem como nas estruturas civis das barragens, visando amparar pesquisas e desenvolvimento de técnicas para o controle da espécie nas tubulações da água de resfriamento dos equipamentos eletromecânicos das usinas.

A Companhia conduziu ainda o monitoramento das macrófitas aquáticas (plantas aquáticas) nos reservatórios das UHEs Chavantes, Canoas II, Canoas I, Taquaruçu e Rosana.

Na UHE Salto Grande, foi realizado o procedimento de rebaixamento do nível operacional do reservatório, com o objetivo de controlar o crescimento das populações de macrófitas. O procedimento faz parte do programa ambiental de monitoramento, manejo e controle dessas plantas, favorecendo os usos múltiplos do reservatório.

8.2.1. Reflorestamento

A Duke Energy reflorestou 220 hectares na margem paranaense do reservatório de Capivara, o que resultou em cerca de 6.650 hectares totais reflorestados na Bacia do Rio Paranapanema desde 2000. Esses dados foram apurados após revisão realizada por ocasião de um novo levantamento topográfico, aplicado à metodologia Sistema de Informações Geográficas (SIG). Além disso, tratos culturais consolidaram aproximadamente 1.600 hectares, formados nos anos anteriores, em áreas dos reservatórios de Chavantes, Salto Grande, Complexo Canoas, Capivara e Rosana.

Essas ações são desenvolvidas como parte do Programa de Revegetação e significaram a geração de cerca de 110 empregos nas empresas contratadas para execução desses serviços.

Outra iniciativa, o Programa de Promoção Florestal, envolve proprietários rurais de 28 municípios vizinhos aos reservatórios da Companhia. Eles recebem mudas florestais de boa qualidade e orientação técnica para recuperarem áreas de preservação em suas propriedades, o que contribui para a conservação ambiental da Bacia do Rio Paranapanema. No ano, foram distribuídas aproximadamente 350 mil mudas florestais nativas e contabilizados 66 novos contratos de colaboração para restauração florestal de propriedades, com o compromisso de fornecimento de mudas pela Duke Energy nos próximos anos.

8.3. Parcerias

Para fortalecer e consolidar seus programas ambientais, além de ampliar a participação nas iniciativas que envolvem a Bacia do Rio Paranapanema, a Companhia mantém contatos e parcerias com diversas organizações e instituições de ensino e pesquisa, entre elas Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Faculdades Luiz Meneghel, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) e Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE).

Termo de Cooperação Técnico celebrado entre a Duke Energy e o Instituto Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais (Igia) auxilia a realização de estudos para instalar parques aquícolas nos reservatórios do Rio Paranapanema, como parte de um projeto contratado pelo Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA).

A Companhia também colabora com a gestão dos recursos hídricos, participando como membro titular dos comitês das bacias hidrográficas do Médio Paranapanema e do Alto Paranapanema, em São Paulo, e do Piraponema e do Norte Pioneiro, no Paraná, além de integrar o Grupo de Apoio para a formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, em nível federal. Outra iniciativa incluiu o apoio ao Seminário de Integração do Rio Paranapanema, que ocorreu no mês de novembro, com participação de representantes da Agência Nacional das Águas (ANA), das secretarias de recursos hídricos dos Estados do Paraná e de São Paulo, dos comitês de bacias hidrográficas estaduais, órgãos ambientais, universidades, ONGs, entre outros, reunindo cerca de 150 pessoas.

Participa ainda do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente (GTMA) da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), envolvendo-se nas discussões de temas ambientais relacionados ao setor elétrico e nas Forças-Tarefas de Ecossistemas Aquáticos, de Áreas de Preservação Permanente e de Gestão Patrimonial. Faz parte também da Câmara Ambiental do Setor de Energia, na Cetesb, que tem entre seus objetivos contemplar a variável ambiental no planejamento e na aplicação de projetos de energia no Estado de São Paulo.

Adicionalmente, a Empresa patrocinou o Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos, promovido pelos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo. Realizado pelo nono ano consecutivo, o evento tem por objetivo o compartilhamento de experiências em educação ambiental entre professores, técnicos de órgãos públicos e estudantes.

Outras parcerias são com a Associação de Recuperação Florestal do Médio Paranapanema (Flora Vale), para manutenção de viveiro e produção de mudas; com a Fundação Projeto Paranapanema (ProjPar), para a execução de atividades arqueológicas; e com a Fundação do Instituto de Biociência, para consultoria especializada no monitoramento físico e biológico do meio aquático.

B. NOSSA ANÁLISE:

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Liquidez Geral em 2011 sofreu uma redução passando para 0,23, contra 0,38 registrados em 2010. A Liquidez Corrente também sofreu uma redução em 2011 passando para 1,00, contra 1,91 em 2010. Como a Companhia não mantém estoques para a sua atividade operacional a Liquidez Seca situa-se nos mesmos níveis da Liquidez Corrente para ambos os períodos.

ESTRUTURA DE CAPITAIS

Durante o exercício fiscal encerrado em 2011, a dívida onerosa bruta registrou um decréscimo de 3,10%. Considerando o seu tipo de atividade que demanda a captação de recursos para fazer frente ao seu "capex", é de se esperar que a maior parte do endividamento oneroso esteja alocado no longo prazo. A alavancagem financeira (dívida bruta x patrimônio líquido) registrou uma ligeira elevação em 2011, equivalente a 0,29 contra 0,26 em 2010. Cabe salientar que do total do endividamento oneroso, somente 11,11 % e 10,88% estão alocados no curto prazo, em 2011 e 2010 respectivamente, sendo que no nosso entender a estrutura de capital é adequada para seu tipo de atividade, com maior parte dos recursos onerosos alocados no curto prazo, e com uma alavancagem financeira baixa, comparativamente a média do setor.

RESULTADOS

O EBITDA em 2011 passou para 72,71%, registrando assim um crescimento de 3,18 pontos percentuais em relação ao mesmo período do exercício anterior que foi de 69,53% (ambos calculados sobre a receita líquida) O Resultado Líquido registrou um crescimento de 55,82%, passando a representar 29,36% da receita líquida em 2011, contra 20,93% em 2010.

Recomendamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis, Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes para melhor análise da situação econômica e financeira da companhia.

C. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES:

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como



SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA



informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de março de 2012.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6

4 - DECLARAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A empresa manteve atualizadas as informações junto à CVM e ao Agente Fiduciário, bem como colocou à disposição dos senhores debenturistas interessados, pessoal habilitado a prestar informações adicionais sobre todos os eventos ocorridos na vida da debênture.

Declaramos aptidão para continuar a exercer a função de Agente Fiduciário da emissão, bem como permanecemos ao inteiro dispor dos Senhores Debenturistas em nosso escritório à Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717 – 6º andar – Itaim Bibi/ São Paulo – SP.

São Paulo, 27 de abril de 2012

**SLW - Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
Agente Fiduciário**